

A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX

Judite Gonçalves de Albuquerque (UNEMAT)

Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)

ABSTRACT: In the years of colonization that preceded the 19th. century, the Portuguese language spoken in Brazil was undergoing transformations and becoming an idiom very different from the one spoken and written in Portugal. It is an unquestionable fact that the linguistic diversity became the theme of never ending debates between the separatists (men of romantic "humor") and legitimists (men of classic "humor"). The former, soaked in the realm of ideas of liberty, saw the linguistic differentiation between Brazil and Portugal as positive, and wanted to hasten the course of the distinction. The later, "Guardians of the vernacular", viewed this differentiation as negative and wanted to halt its progress. Based on Michel Foucault's theory of the enunciation, we have tried to approach the debate from inside the discourse of the separatists.

1. O objeto

Inaugurada no início do século XIX, a polêmica atinge a metade do século XX. Os homens de Letras consumiram rios de saliva e tinta nessa controvérsia. Por um lado, animados pela independência política recente, pelos movimentos nativista, nacionalista, abolicionista e republicano em curso, os separatistas, homens embriagados pelo ideário de liberdade, viam como positiva a diferenciação lingüística entre Brasil e Portugal, reivindicavam apaixonadamente a

emancipação e a maioria Cultural do Brasil. Por outro, "Guardiães da vernaculidade" (Pinto, 1987:xxxvii), os legitimistas arrogavam-se o dever de defender o idioma clássico contra a invasão de neologismos, estrangeirismos e da fala popular vinda da gente ignorante que não conhece as normas gramaticais. Viam a diferenciação lingüística entre Brasil e Portugal como negativa, exceto quando localizavam na fala dos daqui algum traço de quinhentismo perdido na dos de lá!

No escopo deste trabalho, concentramo-nos na análise do discurso dos separatistas, ou seja, do discurso romântico acerca da língua do Brasil. Abeirar a polêmica entre separatistas e legitimistas é aqui nosso propósito, mas no interior mesmo dos enunciados produzidos pelos primeiros. Orientam-nos as seguintes questões: Como falam da língua do Brasil aqueles que falam interpelados pelo discurso romântico? Com que argumentos os separatistas defendem a sua posição? Como reagem ao discurso legitimista?

Os textos que tomaremos sob análise foram produzidos por escritores, críticos, ensaístas — homens de Letras — que, eufórica e intensamente, participaram da polêmica em torno do Português do Brasil na segunda metade do século XIX. Mais precisamente, integram o corpus estudado neste trabalho textos de Macedo Soares, José de Alencar e Salomé Queiroga, publicados entre os anos 1860 e 1891. Esses textos foram extraídos da coletânea de matérias sobre o Português do Brasil, organizada por Edith Pimentel Pinto (1978).

2. As lentes

Elegemos, como referência, a teoria do discurso de Foucault. Sem a pretensão de exauri-la, trabalharemos aqui, em linhas gerais, aquelas noções que julgamos imprescindíveis à análise: as noções de enunciado, de formação discursiva, de discurso e de prática discursiva. Baseamo-nos, sobremaneira, em Foucault (1986).

O que é o enunciado? O enunciado não é uma proposição. Não é uma frase. Não é um ato de fala. Todavia

para que haja proposição, frase, ato de fala é preciso que haja enunciado. Eles existem em tempo e espaço determinados através de um enunciado. Assim, o que em primeira instância define o enunciado é a função de existência. "O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos" (Foucault, 1986:96). O enunciado é uma "função de existência" própria dos signos. São os enunciados que permitem perguntar se os signos "fazem sentido"; quais regras permeiam sua organização; a que referente se remetem; que ato realizam numa formulação. Segundo Foucault:

"Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço" (Foucault, 1986:99).

Depois de tatear o perfil esquivo do enunciado, Foucault (1986:124-131) empenha-se em dizer o que é descrevê-lo. Descrever um enunciado não é fazer "análise lógica das proposições", não é fazer "análise gramatical das frases", não é fazer "análise psicológica das formulações"; não é procurar "a totalidade perdida", "a unidade profunda do Logos"; não é descobrir sob a aparência e a superfície "um elemento oculto", "um sentido secreto", "um resto enigmático e silencioso". Descrever um enunciado é definir as condições que possibilitaram a uma série de signos ter uma "existência específica", é descrever as regularidades que o regem. Descrever enunciados e individualizar formações discursivas são, pois, contra-partes de um mesmo processo. São operações correlativas. E afirmando a interdependência entre enunciado e formação discursiva, Foucault os define simultaneamente:

"Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto

dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e as de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa: o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência". (Foucault, 1986:135)

As noções de enunciado e formação discursiva tornam possível uma redefinição daquela do discurso. Não mais será visto como "um conjunto de performances verbais", como "um conjunto de atos de formulação", como uma "série de frases", como uma "série de proposições", mas como uma conjunção de signos a que, na condição de enunciado, se pode atribuir uma modalidade particular de existência assegurada pela pertença a uma formação discursiva. Em resumo, chama-se de :

"(...) discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva: ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência". (Foucault, 1986:135)

O longo e sinuoso curso que Foucault percorreu — do enunciado para a formação discursiva e da formação discursiva para o discurso — desemboca no mar das práticas discursivas. O que é, afinal, a "*prática discursiva*"?

"Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa". (Foucault, 1986:136)

As noções foucaultianas aqui trabalhadas podem nos ajudar a entrar no continente povoado de enunciados sobre a língua do Brasil, a individualizar a formação discursiva e, conseqüentemente, o discurso a que estamos chamando de "discurso separatista".

3. A análise

Em consonância com a teoria de Foucault, buscaremos revelar não o que diz Alencar ou Macedo ou Queiroga acerca da língua do Brasil, mas o que cada um deve dizer para ser dividido como um separatista. O que está em jogo não é a individualidade dos autores, mas a individualidade do enunciatador separatista. Uma análise estilística que ressalte as diferenças entre os três é possível, todavia, não é o quinhão que cabe à análise de discurso. A ela interessa levantar as regularidades, os pontos de intersecção entre eles. À guisa de

apresentação, classificamos as regularidades em três categorias tendo em vista o tópico do discurso.

3.1. A evidência da diversidade

Nos trezentos anos de colonização que antecederam o século XIX, a língua portuguesa aqui falada foi-se afastando da língua-mãe e se transformando numa modalidade local bem diferente da falada e escrita na Europa. A diversidade tornou-se tão visível que, em reconhecê-la, separatistas (aqui representados por Alencar e Soares) e legitimistas (aqui representados por Veríssimo e Magalhães) são unânimes:

1. *"A revolução é irreversível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos". (Alencar, 1870:75)*

2. *"(...) a língua de lá não é a língua de cá, diferem já como a água do vinho..."*

.....
.
Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português". (Macedo Soares, 1880:45 e 46)

3. *"O português do Brasil está irremediavelmente modificado (...) e, ao passo que os anos se forem acumulando, essa modificação há de cada vez ser mais sensível...". (Magalhães, 1876: 199)*

4. *"Nem seria coroaável já hoje desconhecer essa séria alteração da língua portuguesa no Brasil. Não sabemos, nem agora nos importa saber, se tal transformação nos levará a um dialeto do português, tendo apenas com este relações de parentesco; mas o que nos parece averiguado é que a língua que nós falamos aqui não é já absolutamente a mesma que se fala na antiga metrópole". (Veríssimo, 1886:243)*

Alencar e Soares, separatistas, e Magalhães e Veríssimo, legitimistas, conquanto difiram em quase tudo, conquanto falem interpelados por formações discursivas diferentes, assemelham-se ao falar da diferença que separa o português do Brasil daquele de Portugal. Seus enunciados revelam uma clara homologia: atestam uma *revolução*, uma *alteração*, uma *transformação*, uma *diferenciação*, uma *modificação irreversível, irremediável, sensível*, que não se pode mais ignorar no presente e que, no futuro, mais se acentuará. A diversidade entre o português falado/escrito em Portugal e o português falado/escrito no Brasil está posta; não há como negá-la. É visível a revolucionários e conservadores, ainda que interpretada diversamente, como se pode depreender do seguinte enunciado de Alencar, se analisado na perspectiva interdiscursiva, do discurso citado:

5. *"Se a transformação porque o (...) português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência questão é que o futuro decidirá (...). Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua". (Alencar, 1870:76)*

Se entre os legitimistas — o Sr. Pinheiro Chagas é um deles — o efeito de sentido que envolve a transformação do português no Brasil é o da *decadência*, da *deformação*, da *corrupção* da língua, entre os separatistas é o da *florescência*, *evolução*, do *aperfeiçoamento*, do *progresso*. Fato incontestável, a diversidade lingüística entre o português do Brasil e aquele da antiga metrópole torna-se, na segunda metade do século XIX, o tema preferido de separatistas e legitimistas que se engalfinham em intermináveis querelas, os primeiros querendo apressar o curso da diferenciação, os segundos querendo opor-lhe um embaraço querendo estancá-lo, estorvar-lhe a marcha demasiado apressada. (Veríssimo, 1907:253)

O que principalmente faz o português do Brasil diferente daquele da Europa?

Aponta-se a preferência pela ordem direta dos termos das orações, pela frase mais simples, pelos tempos verbais compostos, pela colocação proclítica dos pronomes oblíquos, pela omissão do pronome se em verbos reflexivos, como *recolher*, *enroscar*, *destacar*, pela omissão do artigo definido antes do possessivo. Todavia, os principais parâmetros que parecem orientar a percepção da diferença são o *léxico* e a *fonologia* (a prosódia), a julgar pelo número de vezes em que são mencionados nos textos.

Em nenhum outro domínio a diferença se faz tão visível quanto no domínio do *léxico*. Soares e Queiroga carregam nas tintas ao apontar a diferenciação lexical em curso no português dos dois países:

6. "Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português". (Macedo Soares, 1880:46)

7. "Urutu—cobra do sertão muito venenosa, que só se encontra com o sol quente. Todos estes nomes são mui conhecidos do povo, e o lexicógrafos portugueses não os trazem. Faltanos um dicionário brasileiro". (Nota nº3 da

carta de Salomé Queiroga a Stockler, 1871:167)

Em relação à fonologia - *pronúncia, prosódia* -, a diferença é visível a todos, como se pode constatar pelos enunciados abaixo. Neles, a diferença fonológica é relacionada a efeitos de sentido como: eufonia, musicalidade, doçura, uma correlação bastante comum no discurso separatista.

8. *"(...) e quanto à língua, temos uma pronúncia mais eufônica, mais doce, mais suave, mais musical. Nenhum poeta nosso, como os portugueses, rima mãe com bem ou diz alguém como a gente ainda menos culta - tambaim, redículo e, no Minho - baca, voi e barão, ou tchapéu, como em outras partes". (Antônio H. Leal, 1871:179)*

9. *"Até nossa prosódia é diferente no insuspeito parecer do literato português Sr. Joaquim José Ferreira Campos quando falando do poliglota Cardeal Mezzofante diz que seu português tinha o adocicado brasileiro que provinha das relações que o dito Cardeal cultivava com estudantes brasileiros freqüentadores da Universidade de Bolonha, de cuja biblioteca ele era diretor". (Nota nº3 da carta de Salomé Queiroga a Stockler, 1871:167)*

Que o Português do Brasil não é o mesmo de Portugal é fato incontestável. Importa saber como os separatistas interpretam essa diferença. Estão diante de dialetos de uma mesma língua ou de línguas diferentes?

3.2. Diversidade: língua ou dialeto?

Como os separatistas interpretam a diversidade lingüística incontestável entre Brasil e Portugal? A diversidade é equacionada a uma variação dialetal ou a uma variação idiomática? Não há entre eles uma unanimidade. Para uns, menos radicais, trata-se de uma variação dialetal. Para outros, mais radicais, trata-se de uma variação mais profunda, de uma nova língua que está nascendo. E não raro, assumem uma posição contraditória, oscilando entre os pólos *dialeto/língua*.

Macedo Soares, por exemplo, assume uma atitude mais ponderada, optando pela expressão *dialeto brasileiro* (expressão a seu ver menos pretenciosa e menos incorreta do que *língua brasileira*), ressaltando, todavia, *não haver apurado o valor científico da palavra dialeto*. Mesmo considerando que o termo *dialeto*, na acepção de "*palavra derivada da língua geral de uma nação e particular a uma cidade ou província*", não é apropriado, ainda assim o julga preferível à expressão *língua brasileira*.

10. "*Temos muitas vezes, no decorrer deste escrito, falado em dialeto brasileiro. Cumpre observar que não apuramos o valor científico da palavra dialeto. Se entendermos por dialeto a palavra derivada da língua geral de uma nação e particular a uma cidade ou província, o brasileiro não é dialeto do português. Por outro lado, a expressão língua brasileira nos parece demasiado pretenciosa, se se quer com ela distinguir o português falado no Brasil, (...). Empregamos como mais modesta a outra expressão, que é ao mesmo tempo menos incorreta, e dá a entender que nos referimos ao movimento dialetal que visivelmente se está operando na linguagem nacional*".
(Macedo Soares, 1880:46)

Além do termo *dialeto brasileiro* que, conquanto *inadequado*, é *menos incorreto* que *língua brasileira*, Macedo usou também as expressões "*o português falado no Brasil*", "*a língua portuguesa que se fala no Brasil*" e "*o luso-brasileiro*",

expressões sintática e semanticamente homólogas (o primeiro determinante nomeia Portugal e o segundo, o Brasil) que denotam uma certa precaução em assumir uma postura separatista mais radical:

11. *"Analisar os fatores da língua portuguesa que se fala no Brasil, do luso-brasileiro, dissecando-os um por um, e aplicando a cada um o método rigoroso empregado no estudo do guarani, que, com o português colonial, o africano, o francês, o castelhano e outras línguas, forma a nossa atual linguagem". (Macedo, 1884:50 e 51)*

No que diz respeito à designação da variedade brasileira, Alencar refere-se predominantemente ao estágio presente do português falado no Brasil como *dialeto brasileiro* (12 e 13) e ao estágio futuro como *língua brasileira* (14).

12. *"Estas questões filológicas andam de presente tão estudadas e discutidas, que realmente é para encher-nos de pasmo como há quem seriamente conteste a revolução fatal que a língua portuguesa tem de sofrer no solo americano para onde foi transplantada: evolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que já se pode chamar o dialeto brasileiro". (Alencar, 1874:126)*

13. *"O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: e cada vez essa distinção deve ser mais profunda (...). Não falta quem censure essa tendência do dialeto brasileiro de afastar-se de sua língua-mãe". (Alencar, s/d, p. 148)*

14. *"As línguas progridem e se transformam. Se a língua não pode progredir há de transformar-se para formar a língua brasileira.*

Negá-lo é negar o futuro do Brasil". (Alencar, s/d, p. 144)

Salomé Queiroga, assumindo a postura de separatista radical, em momento algum refere-se à variedade de Português falada no Brasil, como *dialeto brasileiro*. Acentuando a separação lingüística entre os dois países, refere-se sempre ao *idioma brasileiro* (15), à *linguagem brasileira* (16 e 17), à *língua brasileira* (nossa *língua que é brasileira, não portuguesa*) (15), ao *nosso idioma luso-bundo-guarani* (17).

15. *"Os literatos portugueses castiguem seus patrícios quando escreverem idioma brasileiro, estão no seu direito: mas por Deus, deixem-nos em paz falando nossa língua que é brasileira, não portuguesa". (Nota nº3 da carta de Salomé Queiroga a Stockler, 1871:167)*

16. *"(...) De modo que me vou persuadindo que não foi indiscrição minha dar publicidade a versos escritos em linguagem brasileira". (Salomé Queiroga, 1873:168)*

17. *"Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estado, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani". (Salomé Queiroga, 1873:168)*

Macedo, Alencar, Queiroga, todos os separatistas concordam que *"a língua de lá não é a língua de cá"* (2). Porém, não são unânimes quanto à interpretação/nomeação da entidade lingüística brasileira como *um dialeto* da língua portuguesa ou como *uma língua* independente da portuguesa.

3.3. Diversidade: explicações

Os separatistas não se limitam a constatar que o português do Brasil é outro que o de Portugal; arvoravam-se em buscar os porquês da diferenciação. Muitas explicações resultam para o fenômeno. Todavia, duas delas, timbradas pelo espírito reinante no século XIX, predominam. A primeira vincula a diferenciação à irrefreável marcha do progresso que atinge tudo. A segunda vincula-a à alteridade brasileira que torna outra a língua portuguesa.

3.3.1. Diversidade: progresso e evolução

Seduzidos pela crença no progresso — a crença de que o mundo natural e o cultural desenvolvem-se num sentido unilinear, desejável e sempre em direção a uma maior perfeição —, os separatistas vão comungar da tese de que *as línguas mudam e de que mudar significa progredir*, contrapondo-se à tese legitimista de que *as línguas são estáveis e de que mudar significa corromper-se*. Tamanho é o prestígio da idéia de progresso na segunda metade do século XIX que até a inércia dos legitimistas, na bem-humorada imagem de Alencar, abre alas para deixá-la passar (18)

18. "Contra esse naturalmente se conspiraram os idólatras do antigo, para quem o vetusto é respeitável, não pelo que vale, mas pelo que durou. Não obstante a reforma consumou-se: e a inércia encolheu-se para deixar passar o progresso. Assim há de acontecer com a maior parte dos melhoramentos que estão reclamando a simplicidade louçania da língua; mau grado dos furores clássicos". (Alencar, 1873:114)

Nos enunciados abaixo, Alencar correlaciona a diferenciação em curso no Português do Brasil à lei do progresso que, em seu caráter de necessidade, atinge tudo, inclusive as línguas. *"As línguas obedecem à lei providencial do progresso"* (21), afirma Alencar. Declarando-se um entusiasta dessa idéia, Alencar explica as mudanças que afetam as línguas todas e, portanto, o Português, através de um raciocínio silogístico: A língua é instrumento do espírito./ O espírito se transforma./ Logo, a língua se transforma. (19, 20 e 21). Pode-se reconhecer aí o providencialismo histórico de que fala Abbagnano (1984:164): tudo o que é, é porque tem de ser. Nada é irracional, nada é inútil. *"Segundo este ponto de vista, a história é um progresso necessário e incessante no qual todos os momentos superam os anteriores em perfeição"*. Imbuídos dessa crença, os separatistas respondem aos legitimistas que a luta contra mudança lingüística do Português usado no Brasil é uma luta em vão, nada é capaz de cessar a potência da lei providencial do progresso. A mudança lingüística é fatal: não pode não ser.

19. *"O autor gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. (...)*

Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada, que a pretexto de classicismo aparecem em todos os tempos e entre todos os povos defendendo o passado contra o presente: não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo, já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução". (Alencar, 1865:55)

20. *"Não é obrigando-a (a língua) a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das*

idéias e se molde às novas tendências do espírito". (Alencar, 1965:55-56)

21. *"As línguas, como todo instrumento da atividade humana, obedecem à lei providencial do progresso: não podem parar definitivamente. As pausas e até mesmo os atrasos que lhe sobrevenham, não passam de acidentes, e de ordinário sucedem-se recrudescências de energias que reparam aquelas perdas". (Alencar, 1874:127)*

Também Queiroga e Macedo correlacionam as transformações porque passava o português no Brasil à *"corrente benéfica do progresso"* (22) e *"ao desenvolvimento progressivo de todas as línguas"* (23). Não raramente, à visão providencialista do fenômeno da mudança lingüística, os separatistas juntam a visão evolucionista em voga no domínio das ciências da linguagem na Europa. Como Schleicher, Macedo compara a evolução das línguas à evolução dos organismos vivos (24):

22. *"Pintura, poesia, música, todas as artes, todos os estudos, todas as idéias vão sendo levadas pela benéfica corrente do progresso; a língua é uma das primeiras cousas de que ela se apodera". (Salomé Queiroga, 1871:163)*

23. *"(...) outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português". (Macedo Soares, 1880:46)*

24. *"A ninguém lembra que a linguagem é um organismo vivo, que nasce, cresce, modifica-*

se e morre, como um animal ou uma planta. A ela, como a estes, não podemos ditar leis: mas só analisar os corpos e do estudo deduzir e coordenar em síntese científica as leis que os regem". (Macedo Soares, 1891:52)

Se, no domínio do discurso legitimista, a *mudança lingüística*, envolta pelos signos da episteme clássica, é interpretada negativamente como: *aniquilamento, retrocesso, aberração, desvio, barbárie, deturpação, abastardamento, decadência, corrupção, empobrecimento, deformação, crime contra o português*, no domínio do discurso separatista, essa mudança, envolta pelos signos da episteme moderna, é interpretada positivamente como: *progresso, evolução, florescência, melhoramento, aperfeiçoamento, enriquecimento, desenvolvimento do português*. Embriagados pela doutrina do progresso, os separatistas não poupam adjetivos para conotar o passadismo do padrão lingüístico almejado pelos legitimistas: *o velho português* (Alencar, 1870:75); *o velho idioma quinhentista* (Alencar, 1870:76); *uma múmia clássica* (Alencar, 1874:127); *o português quinhentista; a língua de Camões* (Queiroga, 1871:160); *o português quinhentista de Ferreira, Sá de Miranda, Camões e Padre Francisco Manuel* (Queiroga, 1871:159); *o ramerrão do velho Portugal* (Queiroga, 1871:161); *a velha estrada já tão batida* (Queiroga, 1871:161); *os anacrônicos sardanapalos* (Queiroga, 1871:164); *a língua quinhentista da década de João de Barros* (Queiroga, 1871:163). Insurretos, os separatistas recusam-se a continuar desempenhando o papel de *sectários*, de *macacos* (Queiroga, 1871:164), *admiradores imbecis* (Macedo, 1884:50), de *dependentes e colonos* (Macedo, 1891:53), de *arremedadores e imitadores torpes* (Alencar, 1865:56) dos cânones lingüísticos e literários portugueses. Contra a imitação, os separatistas administram, como antídoto, a criação; contra a estabilização, a mudança; contra o velho, o novo; contra a inércia, o progresso.

3.3.2. Diversidade: alteridade e nacionalismo

Na seção anterior, procuramos mostrar que uma das causas que os separatistas atribuem à mudança lingüística do Português é a necessidade interna de mudar. Quer dizer, as línguas vivas não podem não mudar. Todavia, além de afirmar que as línguas se transformam por uma potência interna, afirmam também que as línguas são transformadas por agentes externos. Transplantado para a América, o português encontra um outro cenário natural e cultural. E no rastro do evolucionismo lingüístico em moda na Europa, os separatistas vão acreditar que, assim como um ser vivo, ao se adaptar ao meio em que vive para assegurar a sua sobrevivência, evolui, se diversifica, uma língua, ao se adaptar ao contexto para onde fora levada, também evolui, se diversifica. A diferença de *clima*, *solo* e *vegetação*, dentre os aspectos naturais e de usos, hábitos e costumes, dentre os aspectos culturais, entre Brasil e Portugal, são freqüentemente responsabilizados pela diversidade lingüística entre os dois países (25, 26 e 27).

25. *"Estudem diurna e noturnamente nossos usos, hábitos e costumes. Cismem sobre o suntuoso e virgem solo e clima brasileiro, porque são eles fontes perenes de inspirações, a que estão ligadas a história e a filosofia da palavra". (Salomé Queiroga, 1873: 172)*

26. *"O que é a linguagem? É a expressão das idéias que nos vêm pelos sentidos, e estes são influenciados pelo clima, uso e costumes que deles nascem". (Queiroga, 1871:160)*

27. *"Quando povos de uma mesma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se também a separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na*

língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais". Não fazemos senão repetir o que disse e provou um sábio filólogo, N. Webster: - "Logo depois que duas raças de homens de estirpe comum separam-se e se colocam em regiões distantes, a linguagem de cada uma começa a divergir por vários modos". (Dicionário de Inglês, Webster, Introdução sobre a origem das línguas", apud Alencar, 1870:75)

Invocando a autoridade de Jacob Grimm e Max Müller, dois representantes célebres da lingüística do século XIX, que tentaram correlacionar a apofonia fonética à modificação dos órgãos da fala afetados por um clima diferente, Alencar pergunta-se, mesmo sabendo que a questão é hilária, *se uma boca que chupa caju, manga, cambucá, jabuticaba, frutas de clima tropical, pode falar uma língua com igual pronúncia daquela que come figo, pera, damasco e nêpera, frutas de clima frio.*

28. *"Estando provado pelas vastas e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão: O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêpera?". (Alencar, 1872:96)*

Julgando-se mal interpretado por um crítico que fizera da questão, certamente, um motivo de zombaria, Alencar carrega nas tintas e no sarcasmo ao responder-lhe. Em primeiro lugar, diz ao crítico que ele não compreende sua questão porque não conhece as leis fonéticas de Grimm

(Chama-o, pois, de ignorante). Explica-lhe a teoria climática da mudança dos órgãos da fala e, em consequência, da mudança das línguas e exemplifica-a, lembrando que os povos de clima frio falam com a boca fechada e, por isso, produzem mais sons guturais, enquanto que os de clima quente (ardente) falam com a boca mais aberta e por isso produzem mais sons labiais. Rebate a crítica, observando que as frutas são apenas uma metonímia chistosa do clima que lhes é próprio. Encerra a polêmica, endereçando ao crítico uma seqüência de ironias nada generosas (29).

29. "O crítico nunca ouviu falar das leis fonéticas de Grimm: senão compreenderia o remoque do meu prólogo aos Sonhos de Ouro.

O grande filólogo alemão demonstrou que o clima e com este as condições peculiares à vida de um povo, influindo no organismo, necessariamente modificavam os órgãos da voz; e dessa modificação resultavam as alterações fonéticas de uma língua transportada a outra região diversa daquela onde teve origem.

Um efeito muito conhecido dessa lei física na corrupção ou transformação das línguas e o contraste que se observa no sistema fônico dos povos que habitam regiões frias e ardentes. Os primeiros falam com a boca fechada, por isso predominam entre eles os sons guturais: os segundos ao contrário aspiram francamente o ar, e têm a palavra, pode-se dizer, à flor dos lábios.

Referindo-me humoristicamente a essa regra da filologia moderna, escrevi eu a frase transcrita pelo folhetinista "um povo que chupa o caju e a manga, não pode falar uma língua com igual pronúncia a o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, etc."

Todos entenderam que as frutas não eram aí senão o modo chistoso de designar o clima que lhes é próprio. O caju tem mais de brasileiro do que o café e o fumo, que ornaram o nosso escudo nacional.

O crítico porém tomou a coisa a sério; e ficou muito incomodado com a idéia de que o obriguem a chupar grandes quantidades de cajus; o que ele considera calamidade, pois tornaria brasileira uma boca tão estrangeira.

Não tenha susto; em vez de chupar o caju, pode tomá-lo em limonada, ou sorvete: e, como antídoto, comerá as cerejas francesas que nos vêm de Paris em frasquinhos dourados.

Quanto à terebintina também não deve recear-se: pois, além de suas virtudes medicinais, ela ainda não travou a nossa língua, ao contrário, parece que a torna mais doce e melodiosa. Em todo caso, tenha antes a literatura brasileira o sabor fragrante da manga, do que a insipidez da maçã (não é maçô) dessa outra literatura que o folhetinista quer importar". (Alencar, 1875:141-142)

A raça, que, segundo o evolucionismo, também se relaciona com o clima, é outro fator de que os separatistas se servem para explicar a diferença entre o português do Brasil e aquele de Portugal. A crença de que a mistura de raças produz uma linguagem nova é uma constante entre os separatistas (30), assim como é uma constante atribuir a diversidade lingüística do Português no Brasil à *mistura das três raças: portuguesa, indígena (indiana, guarani, íncola) e africana (negra, bunda) (31-34), amálgama do sangue, das tradições e da língua (34).*

30. *"Acresce que a mistura das raças devia produzir, como efetivamente produziu, uma linguagem nova que se irá melhorando para o*

futuro, mas sempre com o tipo próprio do país; como tem acontecido com todos os idiomas". (Salomé Queiroga, 1871: 159)

31. "O Brasil não é mais colônia de Portugal, tem seus costumes particulares, suas crenças filhas do povo, usos pátrios, seu caráter novo, oriundo da nova e brilhante natureza de seu clima e de seus habitantes íncolas. A raça latina que nos veio da Europa castiçou com os indígenas e bundas africanos. É utopia exigir que um tal povo fale português quinhentista de Ferreira, Sá de Miranda, Camões e Padre. Francisco Manuel". (Salomé Queiroga, 1871:159)

32. "Um estudo completo dessas vozes d'África e das tribos indígenas do Brasil seria trabalho, além de curioso, de evidente utilidade, para se conhecer não só a influência que exerceram sobre a nossa sociedade os elementos negro e indiano, como também a direção que vai seguindo a língua portuguesa falada no Brasil em comparação com a falada na metrópole". (Macedo Soares, 1880:45)

33. "A expressão língua brasileira nos parece demasiado pretensiosa, se se quer com ela distinguir o português falado no Brasil, modificado pelo clima, pela natureza ambiente, pela influência dos elementos africano e indiano, das relações comerciais, etc do português falado em Portugal". (Macedo Soares, 1880:46)

34. "Cumpre não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas

que aportam a suas plagas trazidas pela emigração.

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada pouca influência exerce sobre os costumes do Povo: no Brasil, ao contrário, o estrangeiro é um veículo de novas idéias e um elemento da civilização nacional.

Os operários das transformações de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônia até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e da língua". (Alencar, 1870:76)

Esse abasileiramento do português, um abasileiramento sem volta segundo os separatistas, evoca a *seleção natural* dos evolucionistas: um processo lento de co-adaptações, que asseguram o equilíbrio entre as formas lingüísticas e o meio ambiente natural-cultural e a sobrevivência das espécies mais adaptadas. No caso em questão, obviamente quem vence a luta pela sobrevivência, acreditam os separatistas, é a espécie brasileira do português, por mais que os legitimistas tentem conter o processo evolucionário, como sugere o enunciado abaixo.

35. "Quer o sr. Pinheiro Chagas que falemos o português quinhentista, e diz que estamos amesquinhando a língua de Camões. Engano: somos brasileiros e falamos a linguagem brasileira". (Queiroga, 1871:161)

A naturalização da variedade brasileira de português, através de uma espécie de darwinismo lingüístico, ajusta-se perfeitamente à missão emancipatória que os separatistas assumem junto a seus contemporâneos. O desejo de abasileiramento da linguagem aninha-se no projeto nativista que começara a se formar no país com a primeira geração de

românticos, como se pode atestar pelo enunciado de Junqueira Freire.

36. *"Não contamos senão trinta anos de existência, porque somos brasileiros, não desde que Pedro Álvares Cabral descobriu por acaso as costas do Brasil, mas somente desde que o Brasil gritou nas margens do Ipiranga - Independência ou morte!*

Os verdadeiros gênios, porém, de antes desse tempo são nossos, porque também encararam emancipar desde então a literatura brasileira. Quereis provas da minha asserção? Dar-vos-ei três nomes somente - Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama, e Antônio José. São três nomes dessas eras bastardas, mas são três nomes que completam a literatura inteira do meu país (o primeiro é o nosso lírico, o segundo o nosso épico, o terceiro o nosso dramático). E Portugal estrangulou-nos o primeiro, queimou-nos o terceiro! O segundo, para salvar-se foi um renegado. A primeira época da literatura do Brasil está borrifada de sangue. Nossos primeiros gênios foram mártires! Depois da gloriosa época da nossa emancipação têm surgido gênios, mas ainda não temos completa a nossa emancipação literária". (Junqueira Freire, 1852:24 e 25)

Junqueira Freire começa a contar a existência do Brasil a partir de sua *Independência* e não a partir do seu *Descobrimento*, o que se pode correlacionar com o enunciado de Fichte (apud Barros, 1973:xiii), nos *Discursos à Nação Alemã*, afirmando que *"as nações dependentes contam os anos segundo os acontecimentos e as fases que pertencem a povos e impérios estrangeiros"*. O *Descobrimento* pertence aos portugueses, a *Independência* é que pertence aos brasileiros. Junqueira Freire, escrevendo em 1852, considera, pois, que a

Era Brasileira havia começado apenas trinta anos antes e reconhece que, apesar da emancipação política, a emancipação literária ainda não estava completa. Entre os separatistas, o enunciado da responsabilidade pela missão de completar a emancipação política com a emancipação cultural, literária e lingüística tornou-se voz comum (37-39).

37. *"É, com efeito, coisa singular. Os nossos jornalistas escrevem de modo muito diverso do que falam. Falando dizem que moram na rua do Ouvidor no largo da Lapa, no campo de Santa Ana, nas Laranjeiras: escrevendo, dizem que moram às Laranjeiras, ao campo de Santa Ana, à rua do Ouvidor, ao largo da Lapa. Falando são brasileiros (...). Escrevendo, têm medo que se pelam das risotas do chiado, e tratam de acompanhar os jornalistas de Lisboa, que quase se envergonham de ser portugueses, e por isso mesclam de francês e mais estrangeirismos a língua que de seus pais herdaram. Eis porque bem dizia Batista Caetano, o chorado americanólogo brasileiro: - "Independência nacional? Pode ser, mas só política: em tudo mais continuamos a ser colônia Portuguesa". E é assim mesmo". (Macedo Soares, 1891:52-53)*

38. *"Pois o Brasil deve continuar a ver em sua ex-metrópole política a literária metrópole? Não: por Deus, meu Stockler!". (Queiroga, 1871:161)*

39. *"Depois da independência, se não antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a*

linguagem que aprendemos de nossos pais". Prossequíamos na modesta senda, quando em Portugal principiou a cruzada contra a nossa embrionária e frágil literatura, a ponto até de negar-se-lhe uma individualidade própria". (Alencar, 1874:128)

Os separatistas, tais os românticos europeus, envergam a responsabilidade de fundar a própria nação. Segundo Flora Süssekind (1994:45), no romantismo, o enlace entre a afirmação da nacionalidade e a atividade literária converte-se "*em programa estético-ideológico, passa a pautar a produção intelectual do país por um abrasilamento — paisagístico, idiomático, temático — apaixonado, obrigatório*". Assim, a afirmação da individualidade do português falado no Brasil é apenas uma das instâncias da luta pela individualidade plena da nação brasileira, pela constituição de um *nós* brasileiro, que o ato performativo da *Independência* por si só não assegurara. Um povo sem uma língua própria pensa de forma alienada, pois, como afirma Alencar, "*a língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo*". (Alencar: 1865:55)

4. À guisa de conclusão

Evidenciar as regularidades de um discurso é evidenciar a semelhança entre os enunciados, não a igualdade. No interior de uma mesma formação discursiva, os enunciados formam famílias parafrásticas, mantendo entre si uma certa sinonímia. Quer dizer, enunciados formalmente diferentes podem assemelhar-se semanticamente. O inverso também é possível: enunciados formalmente semelhantes podem diferir semanticamente quando provêm de formações discursivas diferentes. Esse efeito de antonímia, por assim dizer, encontra-se exemplificado, no quadro deste trabalho, através dos sentidos que separatistas e legitimistas conferem à diversidade lingüística. Enquanto para os primeiros afirmar que *o português do Brasil é outro que o de Portugal* significa afirmar que o

português está progredindo, florescendo, para os segundos significa afirmar que *o português está retrocedendo, decaindo, morrendo*.

Procuramos dar relevo às regularidades enunciativas do discurso separatista; o discurso legitimista não ficou de fora, mas em segundo plano. Apesar da diferença formal entre os enunciados, procuramos agrupá-los parafrásticamente, buscando delinear o perfil do enunciador separatista. Assim, a singularidade de Soares, Alencar e Queiroga, certamente visível a quem se entrega à tarefa de lê-los, ficou, nos limites deste trabalho, obscurecida de modo a realçar a figura do enunciador separatista. Buscamos, mediante um procedimento comparativo, atingir o texto transindividual, para sermos mais precisas, o conjunto de enunciados prototípicos que cada enunciador deve dizer — repetir/parafrasear — para ser considerado um separatista. Como fala da diversidade lingüística do português do Brasil aquele que fala interpelado pelo discurso separatista? Em síntese, para ser um separatista entre os separatistas, o enunciador deve afirmar, a despeito das variações formais, que: (1) o português falado no Brasil difere daquele falado em Portugal; (2) essa diferença equivale ou a um dialeto ou a uma nova língua que está nascendo; (3) o português tanto transforma-se pela ação da lei providencial do progresso quanto é transformado pela ação de determinantes do cenário natural-cultural brasileiro, num processo de co-adaptação, que lembra a seleção natural darwinista; (4) a diferença lingüística do Português do Brasil é positiva e desejável; (5) a diferença lingüística do Português do Brasil é fator preponderante na afirmação da individualidade da nação brasileira, desejosa de completar seu processo de emancipação.

Esses são os enunciados prototípicos do discurso separatista. Tal como os discursos da política, da história, da filosofia, da estética, da ciência no século XIX, o discurso das Letras constitui-se sob os signos do *progresso* e da *nação*, ambos confluindo para o signo da *liberdade*. Libertar-se do passado e do império português em todos os sentidos, eis o mote dos separatistas. O lema dos legitimistas é outro: conservar, se não o império (ele havia ruído!), ao menos o

passado. Bosi (1972:177) sintetiza, de modo magistral, a tensão entre separatistas e legitimistas.

"Viveu-se uma fase de tensão aguda entre a Colônia que se emancipava e a Metrópole que se enrijecia na defesa de seu caducante Império (...). O corte nação/colônia, novo/antigo exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia seu nome; de outro, o pólo português, que resistia à perda de seu melhor quinhão". (Bosi, 1992:177)

A análise evidencia uma contínua tensão entre as posições políticas dos separatistas (libertários radicais) e as dos legitimistas (conservadores); entre o desejo de se construir uma nação liberta dos grilhões de Portugal e o medo de que a jovem nação sacudisse de vez o jugo e se desvencilhasse da metrópole. Os enunciados são tais uma arena: neles separatistas e legitimistas duelam ruidosamente com/por palavras, cada qual com armas (línguas!) mais afiadas.

À guisa de conclusão, parece-nos oportuno, com Orlandi (1993:24), pensar no discurso separatista como uma espécie de *"discurso fundador da brasilidade"*, como uma prática discursiva construtora do "nós" brasileiro na história de formação do país. Segundo a autora, o discurso fundador *"se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento"*. Quer dizer, o discurso fundador rompe *"com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância"*. O enunciado - Independência ou Morte! - pode ser considerado o enunciado inaugural da nação brasileira. Ele é capaz de toldar o acontecimento enunciativo, talvez maior, da convocação da Assembléia Constituinte, em junho de 1822, para elaborar a Constituição do Brasil, separada de Portugal, configurando formalmente a nação brasileira. Em termos de imaginário, o Brasil — nação independente — nasceu com um

grito (Guimarães, 1993:27-30), o grito de D. Pedro I, às margens do Ipiranga:

"Somos brasileiros (...) desde que o Brasil gritou nas margens do Ipiranga - Independência ou Morte!". (Junqueira Freire: 1852:24)

Todavia, o ato performativo da Independência (o sete de setembro), por si só, não é suficiente para instaurar "um novo sítio de significância", dizem os separatistas. A construção simbólica da nação permanece por fazer:

"Independência nacional? Poder ser, mas só política: em tudo mais continuamos a ser colônia portuguesa!". (Macedo Soares, 1891:53)

E os ideólogos da brasilidade — Soares, Alencar e Queiroga entre eles — décadas depois, ainda arrogam-se a missão de completar o processo de independência. O binômio povo independente/linguagem independente está no centro das controvérsias. Para os separatistas, um povo que fala uma língua alheia é um povo que pensa de modo alienado, pois, como diz Alencar, se "a pátria é a nacionalidade do povo, a língua é a nacionalidade do pensamento" (1865:55). Pensar e falar brasileiro (um novo dialeto ou uma nova língua) são duas faces de uma mesma moeda. Um povo que fala uma língua emprestada tem a alma vampirizada, e não tem o direito, portanto, de se apresentar como povo independente. Porém, a julgar pelo discurso modernista, os românticos não lograram êxito no intento que tiveram de completar a identidade brasileira, enlaçando nação & língua. O desabafo de Mário de Andrade é corolário do insucesso dos separatistas:

"Brasil, corpo expandongado, mal costurado que não tem o direito de se apresentar como pátria porque não representando nenhuma entidade real de qualquer caráter que seja nem racial, nem nacional, nem sequer

sociológico é um aborto desumano e anti-humano. Nesse monstrengo político existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades, nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro. Essa língua oficial se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos. O governo encomenda gramáticas de lá e os representantes da nossa maquinaria política, os chamados empregados públicos, que com mais acerto se chamariam de empregados governamentais, presidentes, deputados, senadores, chefes-de-seção etc. etc. etc. são martirizados pela obrigação diária de falar essa coisa estranha que de longe vem". (Andrade, apud PINTO, 1990:321)

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

_____. *História da Filosofia* (vol.VIII). Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ALENCAR, José de. "A Posição Romântica: Dialectistas e Separatistas (Alencar)". In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 55 a 150.

BARROS, Roque S. Maciel. *A Significação Educativa do Romantismo no Brasil: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo/Editora da USP, 1973.

- BOSI, Alfredo. "Um Mito Sacrificial: o Indianismo de Alencar". In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- FREIRE, Junqueira. "O Pensamento Romântico em Formação (Junqueira Freire)". In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 21 a 26.
- GUIMARÃES, Eduardo. "Independência ou Morte". In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas - São Paulo: Pontes, 1993.
- LEAL, Antônio Henrique. "A Posição Romântica: Dialectistas e Separatistas (Antônio Henrique Leal)". In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 171 a 182.
- MAGALHÃES, Couto de. "O Pensamento Pós-romântico: Definição dos Legitimistas (Couto de Magalhães)". In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 199 a 201.
- ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas - São Paulo: Pontes, 1993.
- PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978.

*A Gramatiquinha de Mário de Andrade -
Texto e Contexto.* São Paulo: Duas Cidades, 1990.

QUEIROGA, Salomé. “A Posição Romântica: Dialectistas e Separatistas (Salomé Queiroga)”. In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, 1978, p. 155 a 172.

SOARES, Macedo. “A Posição Romântica: Dialectistas e Separatistas (Macedo Soares)”. In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, 1978, p. 41a 53.

SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogia”. In: PIZARRO, Ana. *América Latina Palavra, Literatura e Cultura.* Volume 2: O Discurso Emancipado. São Paulo: Memorial; Campinas - São Paulo: Editora da Unicamp,1994.

VERÍSSIMO, José. “O Pensamento Pós-romântico: Definição dos Legitimistas (José Veríssimo)”. In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos. Vol.1 - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, 1978, p.240 a 275.